

APRESENTAÇÃO

O termo patrimônio cultural, por definição, refere-se ao conjunto dos bens móveis, imóveis e imateriais que herdamos dos nossos antepassados e que julgamos necessário proteger e divulgar. Devido a sua importância para a construção e afirmação da identidade dos grupos humanos, recebe atenção de uma ampla gama de estudiosos: arquitetos, museólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos, magistrados, entre outros. Em razão disso, acompanha o conceito principal uma não menos diversa quantidade de adjetivos: artístico, histórico, material, imaterial, arqueológico, natural e genético, entre outros. Muitos preferem utilizar o adjetivo cultural como uma espécie de síntese de todos eles ou empregar o termo patrimônio sem qualquer adjetivo. Por estas e por outras razões, François Choay, em *A Alegoria do Patrimônio* (1992), livro que se tornou clássico, disse tratar-se de um conceito nômade.

Mas não estamos diante de uma mera ampliação do conceito herdado da Antiguidade Clássica. No Ocidente, sobretudo a partir da passagem do século XVIII para o século XIX, quando os Estados modernos, através de determinados agentes, incumbiram-se da tarefa de classificar determinados bens culturais, atribuindo-lhes o caráter de símbolos nacionais em detrimento de outros, instala-se um verdadeiro campo de batalha em torno da noção de patrimônio. Quais produções humanas deveriam ser perpetuadas e quais poderiam desaparecer? As ingerências do poder público estariam reforçando ou desvirtuando as relações que as comunidades mantêm com os bens criados por seus antepassados? Como lidar com o fato de que as sociedades humanas são constituídas por vários grupos, cujas identidades e, conseqüentemente, cujos bens culturais produzidos não podem ser simplesmente projetados sobre outros grupos?

Estas e muitas outras questões ganharam projeção ainda maior a partir da segunda metade do século XX, sobretudo o envolvimento de um dos mais importantes organismos internacionais (UNESCO) nesta seara. Aos conflitos nacionais pela definição do que é ou não patrimônio, somaram-se as disputas internacionais. Em muitas circunstâncias e regiões, optou-se pela inclusão de um amplo conjunto de itens nas listas do patrimônio, o que resultou em verdadeira inflação patrimonial. Ao mesmo tempo, nota-se um grande esforço no sentido de tentar estabelecer critérios e metodologias comuns para a identificação, salvaguarda e difusão do patrimônio. É uma tentativa quase desesperada no sentido fazer com que patrimonialização se transforme em instrumento de aproximação, e não de conflito, entre as culturas.

Em sintonia com estas questões, reconhecendo, portanto, a sua importância e urgência, a *Revista de Estudios Brasileños* consagra o presente dossiê à discussão de temas relacionados com o patrimônio. Na chamada inicial, os colaboradores foram instados a produzir artigos que se encaixassem em oito temáticas, que no entendimento dos organizadores expressavam grande parte dos dilemas atuais: 1) Patrimônio, Hibridismo e Diversidade Cultural; 2) Patrimônio Imaterial: Salvaguarda, Riscos e Valorização; 3) Arte e Patrimônio nos Contextos Ibéricos; 4) Patrimônio, Identidade e Turismo Cultural; 5) Patrimônio, Educação e Cidadania; 6) Patrimônio Cultural, Paisagens e Práticas Sociais; 7) Museus e Bens Culturais: Conservação, Educação e Difusão; 8) Gestão do Patrimônio e Desenvolvimento Regional.

Como seria de esperar, não apenas pela urgência e abrangência dos temas, mas também pelo fato de a *Revista de Estudios Brasileños* contar sempre com a atenção de estudiosos dos dois

lados do Atlântico, um grande número de estudiosos acorreram ao chamamento. Infelizmente, devido a questões de espaço, não seria possível publicar todos os trabalhos, cuja qualidade correspondeu à expectativa dos organizadores. A estes cabe a árdua tarefa da escolha. Isso os fez sentir como aqueles incumbidos de, com sua varinha de condão, decidir o que será patrimonializado. Acorreram aos pareceristas, que com extrema competência, colaboraram no trabalho de seleção do vasto e rico conjunto de textos recebidos. Após muitas análises, trocas incansáveis de mensagens eletrônicas entre o Brasil e a Espanha, chegou-se a um consenso sobre os escolhidos.

Iniciamos, assim, o dossiê com o texto *Rastreado Patrimônio e Memórias Vivas em Culturas Tradicionais*, de autoria de Maria Antonieta Antonacci que contribui para a discussão sobre as relações entre memória e patrimônio, tanto pelo viés material (objetos tangíveis) como imaterial (manancial simbólico). Este último, embora mais recente nas preocupações que o primeiro, marca a ideia central desta reflexão, que seria fundada no resgate e preservação do que podemos considerar como práticas culturais coletivas populares, advindas dos múltiplos universos da música, da performance corporal, dos meios de produção e reprodução da cultura popular mais voltada às matrizes indígenas e africanas. Os registros dos afro-descendentes, dos grupos indígenas, dos mestiços e dos grupos minoritários são neste texto os personagens centrais na construção da memória coletiva e das identidades socioculturais, assinalando a necessidade da adoção de políticas de inclusão e afirmação cidadã. O texto menciona críticas à velha forma de encarar patrimônio cultural e enfrenta com boa reflexão e base argumentativa algumas das propostas existentes em termos de políticas afirmativas.

Prosseguimos com o texto *Museus, Pesquisa e Levantamentos: Patrimônio Cultural Luso-Brasileiro de Ciências e Tecnologia em Perspectiva*, escrito por Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada e Marcus Granato. Uma boa questão que norteia esse texto é a existência própria do museu e sua importância como instituição. Demonstra-se o subsumido papel exercido por estes recintos no campo da pesquisa em ciências humanas, biológicas e exatas, contrapondo-se a este estado de coisas o fato de os museus serem instituições dotadas de grande complexidade e que podem ser úteis a múltiplos campos do conhecimento. Os museus não devem ser simples depósitos de objetos, mas espaços de pesquisa, reflexão e divulgação científico-cultural. Além de enfatizar a relevância da relação entre museu e ciência, o artigo informa os avanços do Brasil em matéria de leis relativas aos usos e funções destas instituições.

O artigo seguinte, *Cidade, Patrimônio e Indústria Cultural: o Polo Cinematográfico de Santa Efigênia em Questão*, de autoria de Herta Franco, discute a complexa relação entre o patrimônio material e a memória de um tradicional bairro de São Paulo. O polo de Santa Efigênia, também conhecido como “Cine da Boca” evoca a época dos antigos métodos de exibição fílmica, muito diferentes do estilo mercadológico adotado a partir dos anos de 1950 e 1960 pela Indústria Internacional. Diversos filmes foram ali exibidos entre 1960 e 1980, sobretudo os de origem e temas nacionais. O artigo nos ajuda a entender também a ideia de “conjunto arquitetônico” na esfera do patrimônio cultural, inserindo-nos no problema das conexões entre memória coletivas e memória da cidade, entre outras. Apresenta-nos algumas questões muito interessantes e contradições envolvendo as políticas de tombamento e de inserção comunitária.

Encerrando o dossiê temos o artigo intitulado *Os debates sobre identidade e direito cultural na ampliação das ações para o patrimônio cultural do Brasil*, escrito por Maria Emília Sardelich, que discute a guinada subjetiva no que tange à ideia de Patrimônio Cultural. A sociedade como agenciadora de espaços de disputas e “capital simbólico” reclama constantemente novas tomadas de decisões sobre o que seriam bens culturais, memórias coletivas dentre outros conceitos. As políticas culturais e as agências estão cada vez mais sensíveis a tais demandas

sociais e isso é claramente demonstrado no artigo com suas análises sobre as leis e o chamado “direito cultural”, através da memória revolucionária francesa, com a publicação dos Direitos Humanos. Por outro lado, o texto nos auxilia na compreensão de outras regras aplicadas fora do Brasil, o que nos ajuda a compreender um efeito global das políticas recentes de patrimônio, incluindo o papel das agências internacionais.

Concluimos agradecendo a todos os que atenderam ao chamado da Revista, sua direção e todos os que colaboraram com dossiê, em especial os pareceristas *ad hoc*. Temos certeza que os leitores usufruirão de leituras agradáveis e extremamente instrutivas sobre um tema tão atual no Brasil e no exterior.

COORDENADORES

Jonas Marçal de Queiroz

Professor associado da
Universidade Federal de
Viçosa (UFV, Brasil).

jonasqueiroz@ufv.br

Karla Denise Martins

Professora adjunta da
Universidade Federal de
Viçosa (UFV, Brasil).

karlamartins@ufv.br